

O turismo indígena no Brasil: uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999 a 2021

Ronie Peterson Silvestre*
Universidade Federal de Rondônia (Brasil)

Rosilene de Fátima Fontana**
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)

Resumo: Este artigo reflete sobre o turismo indígena no Brasil sob o olhar dos estudos empíricos. Trata-se de revisão bibliográfica de produções científicas que abordaram o turismo indígena no Brasil, no período de 1999 a 2021. O acervo analisado é composto por 36 trabalhos. Foram empregados estudos com, aproximadamente, 35 povos indígenas, sendo que a maior parte das pesquisas se dedicaram às comunidades das regiões Norte e Nordeste. O acervo foi classificado em sete temas centrais, a maioria dos quais se concentraram em conhecer os impactos da atividade turística sobre os aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos das comunidades. Isso seguido por pesquisas que analisaram as estratégias das comunidades para a apropriação do turismo, e como a atividade pode ser um meio de resistência e fortalecimento da identidade. A pesquisa etnográfica foi um dos métodos mais utilizados, bem como a observação participante e entrevistas. Foi proposta uma agenda para futuras pesquisas.

Keywords: Turismo indígena; Indígenas; Produção científica; Brasil; Agenda.

Indigenous tourism in Brazil: a bibliographic review of research published from 1999 to 2021

Resumen: This article reflects on indigenous tourism in Brazil from the perspective of empirical studies. This is a bibliographical review of scientific productions that addressed indigenous tourism in Brazil, from 1999 to 2021. The analyzed collection is composed of 36 works. Studies with approximately 35 indigenous peoples were used, and most of the research was dedicated to communities in the North and Northeast regions. The collection was classified into seven central themes, most of which focused on knowing the impacts of tourist activity on the cultural, social, environmental and economic aspects of communities. This was followed by research that analyzed communities' strategies for appropriating tourism, and how the activity can be a means of resistance and strengthening of identity. Ethnographic research was one of the most used methods, as well as participant observation and interviews. An agenda for future research was proposed.

Palabras Clave: Indigenous tourism; Indigenous; Scientific production; Brazil; Agenda.

1. Introdução

Tem sido observada, nos últimos anos, a implantação do turismo indígena em diversas aldeias no Brasil (Santana, 2021; Marquez e Falcão, 2021; Carvalho, 2021; Goulart, 2020; Proença, 2020; Dias e Cruz, 2020). Além de fonte de renda complementar, o turismo indígena, em muitos casos, tem sido um importante meio para fortalecer a cultura e a identidade indígena, bem como em conservar os recursos naturais. Contudo, o tema ainda requer mais atenção dos pesquisadores brasileiros, se comparado

* Grupo de Pesquisa GIPEDES/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável; Email: ronie@unir.br; <https://orcid.org/0000-0002-2567-0364>

** Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Email: rosilene.fontana@unioeste.br; <https://orcid.org/0000-0003-2504-1928>

Cite: Silvestre, R. P. & Fontana, R. F. (2023). O turismo indígena no Brasil: uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999 a 2021. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 21(3), 487-501. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.033>

com o volume de pesquisas realizadas em outros países (Brandão; Barbieri; Junior e João, 2014b; Aghazamani e Hunt, 2018).

Uma revisão da literatura de teses e dissertações sobre turismo indígena, conduzida por Corbari, Bahl e Souza (2017), registrou 16 pesquisas entre 1999 e 2012. Além de outros resultados, Corbari *et al* (2017) verificaram que as pesquisas em turismo indígena ainda eram incipientes, e que a grande maioria dos estudos se concentravam nas áreas da antropologia e da geografia, sendo comum abordagens para verificar impactos positivos e negativos do turismo sobre as comunidades.

Brandão *et al* (2014b) também já haviam publicado uma revisão bibliométrica sobre a produção científica internacional entre 1990 e 2012, e apontavam para a incipiência de pesquisas na área. Além disso, Brandão *et al* (2014b) não encontraram produções de autores brasileiros, assim, concluem que “Talvez porque as questões indígenas ainda entendidas como territórios exclusivos dos antropólogos vinculados aos órgãos governamentais ligados à política indigenista” (Brandão *et al*, 2014b, p. 683). Ora, o motivo implícito, nesta pesquisa, para não constar estudos de experiências brasileiras é decorrente do conjunto das produções analisadas que se limitaram, exclusivamente, às revistas internacionais.

Nesse sentido, considerando que Brandão *et al* (2014b) não analisaram trabalhos publicados no Brasil, e que Corbari *et al* (2017) analisaram unicamente teses e dissertações, o período após 2012 não foi examinado. Então, as seguintes indagações se fizeram necessárias: O que tem sido pesquisado sobre o turismo indígena no Brasil? As pesquisas sobre turismo indígena têm avançado para outras áreas do conhecimento? Quais localidades, povos e/ou Terras Indígenas - TIs foram estudadas?

Desse modo, o objetivo desse artigo é refletir sobre o turismo indígena no Brasil sob o olhar dos estudos empíricos no período de 1999 a 2021. O trabalho está dividido em quatro seções: a primeira parte é uma contextualização do turismo indígena, as implicações sobre empoderamento e o protagonismo das comunidades; na segunda seção, são apresentados os procedimentos metodológicos; na terceira seção, o acervo é analisado e discutido. Por último, uma agenda de futuras pesquisas é proposta, seguida pelas considerações finais.

2. Turismo indígena: uma breve contextualização

O turismo indígena nasce de uma perspectiva que, em grande medida, assemelha-se ao turismo comunitário, o qual contrapõe o modelo de turismo de massa, impessoal, especializado por natureza, desprovido de laços com a cultura e saberes locais, sem compromisso real com o ambiente natural, acima de tudo, tendo unicamente o lucro como razão maior (Zaoual, 2009; Maldonado, 2009). É recorrente, também, o turismo ser considerado um meio de cooperação para o desenvolvimento rural e diminuição da pobreza (Maldonado, 2009; Scheyvens, 2011; Gascón, 2013), porém, sem se distanciar de todos os elementos formadores dos sítios simbólicos, que são todas as crenças compartilhadas por uma comunidade e que se manifestam em suas questões sociais e econômicas (Zaoual, 2009; Bartholo, 2009).

O turismo promovido por indígenas tem recebido diversas categorizações como: turismo étnico, etnoturismo, turismo cultural, etnoecoturismo, turismo indígena, turismo em terra indígena e turismo étnico indígena (Zeppel, 2006; Pereira, 2013; Souza *et al*, 2021). A partir de diversos encontros indígenas organizados, na América Latina, os vários termos empregados levaram a um conceito de turismo que pudesse conter todos os valores e perspectivas de como a atividade deveria ser praticada (González, 2008). O conceito de turismo indígena emerge, então, como um conjunto de práticas construídas e selecionadas de forma consciente pelos próprios indígenas, a fim de serem oferecidas aos turistas, sob os preceitos da sustentabilidade (Butler e Hinch, 2007; González, 2008; Pereira, 2013).

Esse conceito avança, inclusive, sobre o entendimento do etnoturismo, cujo produto se restringe à observação dos indígenas em suas rotinas (González, 2008; Pereira, 2013). Para Barretto (2005), existem dois modos de se praticar o etnoturismo e, por extensão, o turismo indígena. O primeiro é denominado de “*zoológicos humanos*”, por conta da alienação dos indígenas frente à mercantilização de sua cultura. O segundo é quando a comunidade está comprometida com a revitalização de sua cultura e decide o que mostrar aos turistas. É, de alguma forma, uma tradição inventada (Maccannell, 1976; Barretto, 2005), com o intuito de resguardar a identidade e a dignidade dos povos anfitriões. Nesse sentido, o turismo indígena possui, sucintamente, as seguintes particularidades pactuadas, tanto na Oficina da Red Indígena de Turismo de México - RITA (2007 *apud* González, 2008), como pela síntese realizada por Zeppel (2006), apresentadas, no Quadro 1, a seguir. Mas, é preciso reconhecer que o conceito de turismo indígena ainda guarda alguma imprecisão e ambiguidade (Pereira, 2015).

Quadro 1: Características do turismo indígena

| RITA (2007) apud González (2008) | Zeppel (2006) |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Propicia a apreciação da natureza e da cultura de seus anfitriões, bem como a conservação dos recursos naturais e a diversidade biológica e cultural; - Minimiza os impactos culturais e naturais; - Diferencia-se pela sua dimensão humana e cultural; - Busca prestar serviços de qualidade, competitivos e sustentáveis sem perder sua identidade cultural; - Esperam que as comunidades tenham qualidade de vida digna; - É uma organização empresarial de autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, alicerçados pelas práticas democráticas e solidárias de trabalho para a distribuição dos benefícios gerados e; - Uma atividade solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. | <ul style="list-style-type: none"> - Turismo conectado com a cultura, valores e tradições indígenas; - Produtos turísticos pertencentes e operados por povos indígenas; - Turismo baseado em terras indígenas e identidade cultural, controlado internamente por grupos indígenas; - Turismo que inclui habitat, herança, história e artesanato indígenas; - Normalmente envolve pequenas empresas de turismo pertencentes a aldeias ou famílias; - Turismo focado no conhecimento indígena da cultura e da natureza. |

Fonte: Adaptado de RITA (2007) apud González (2008) e Zeppel (2006).

Observa-se que as características levantadas pelo RITA fornecem diretrizes mais específicas e demonstram preocupações maiores com a vida digna, distribuição de benefícios, gestão democrática, humanidades e solidariedade, quanto à prática do turismo indígena. Talvez essas características expressem as pressões e os preconceitos exercidos sobre os territórios e os povos indígenas dos países em desenvolvimento, inclusive, em muitos casos, em condições de pobreza. Ademais, verifica-se que, no Brasil, o modelo empresarial para o desenvolvimento da atividade turística pelas comunidades não é comum, prevalecendo a gestão por meio do associativismo (Bartholo, Sansolo e Bursztyn, 2009). Coriolano e Vasconcelos (2013:108) reforçam ainda que:

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas com iniciativas que fortalecem agricultura, pesca e artesanato, fazendo-os atividades preexistentes ao turismo. Prioriza a geração de trabalho de residentes, pequenos empreendimentos, dinamização do capital local, a garantia da participação de todos. Assegura a participação de pessoas de comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária de terras litorâneas, muitas de marinha, pela garantia de posse pelas populações indígenas, pesqueiras, chamadas comunidades nativas.

Maldonado (2009) acrescenta que o turismo comunitário pode diversificar a oferta turística nacional e corrobora com Coriolano e Vasconcelos (2013) sobre o papel estratégico que o turismo pode exercer na proteção dos territórios indígenas. O turismo indígena, ainda, tem cooperado para ganhos econômicos duradouros (Scheyvens, 2011), oportunidade de emprego (Ramos e Prideaux, 2014), resgate da autoestima e orgulho da cultura local, bem como dos recursos naturais (Ramos e Prideaux, 2014; Strzelecka, Marianna et al, 2017; Scheyvens, 1999). Também foi verificado que o turismo indígena pode cooperar para o desenvolvimento ao atrair investimentos em capacitações e contribuir para a busca por formação superior (Friedmann, 1992; Ruiz e Hernández, 2010; Purnomo e Singgih et al, 2020). Além disso, o turismo tem sido considerado um meio de resistência de muitas comunidades ao valorizar suas tradições, crenças, além do seu modo de vida, que é intimamente relacionado às florestas e aos ecossistemas, contrastando com o modo de viver das sociedades capitalistas (Neves, 2012). Nas palavras de Irving (2009: 111), “Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação ‘local’ do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização”.

Ainda, segundo Maldonado (2009: 27), a atividade turística nas comunidades é a “incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade”. De fato, as pesquisas de Neves (2012), Grünwald (2015) e Rosa (2020) constataram que as comunidades indígenas têm sido capazes de imprimir suas próprias tradições e culturas aos recursos e aos processos que comumente operam em estruturas capitalistas. Para Neves (2012: 578), “[...], o turismo (tal como o próprio capitalismo) não tem, ou não teve até aqui, a capacidade de simplesmente ‘impor sua agenda’ solapando os sistemas culturais locais”.

Assim sendo, os indígenas não podem ser considerados atores sociais passivos, pelo contrário, em muitos casos eles se articulam e negociam nas arenas turísticas.

Todavia, diversos estudos demonstraram que o turismo produziu impactos negativos nas comunidades, contrariando muitas dessas características (Gascón, 2013; Cañada, 2015). Recentemente, Dias e Cruz (2020), ao estudarem uma comunidade no Amazonas, verificaram que havia falta de transparência sobre as receitas auferidas com o turismo e a sua distribuição entre os participantes, além de relações assimétricas com as agências de turismo. De fato, Pereiro (2015: 23, *tradução nossa*), sobre o turismo indígena na América Latina, afirma que “muitas vezes, seus recursos culturais e naturais foram mercantilizadas e transformados em atrativos turísticos, bem como sua participação e seus benefícios foram reduzidos ao mínimo possível”. Ao analisar diversas pesquisas sobre o turismo de base comunitária - TBC, Gascón (2013: 716, *tradução nossa*) levanta algumas limitações que, em alguma medida, também podem ser verificadas no turismo indígena.

O turismo de base comunitária pode ter limitações como instrumento de cooperação para o desenvolvimento e redução da pobreza, devido ao aumento da diferenciação camponesa, agitação social, problemas com a tomada de decisões locais, falta de conhecimento e treinamento do turismo local, pseudo-participação e reestruturação do trabalho e do tempo.

O aumento da *diferenciação* pode substituir as atividades tradicionais – das quais as comunidades indígenas possuem amplo conhecimento – pela atividade turística que, pelo contrário, requer novas habilidades operacionais e mercadológicas (Gascón, 2013; Cañada, 2015). As comunidades podem aceitar a implantação do turismo, sem a dimensão real de sua *diferenciação* e complexidade, confiando na *expertise* das estruturas externas (Cañada, 2015). Para García-Palacios (2018), os Wichí da Argentina aceitaram a nova atividade por “ingenuidade e necessidade”.

É preciso, então, compreender que os diversos benefícios “prometidos” e delineados “de cima para baixo”, muitas vezes, pelos governos e ONGs, dependem de diversos fatores (Gascón, 2013; Cañada, 2015). O turismo indígena deve ser tratado como potencial, tanto em proporcionar benefícios, como, também, em produzir efeitos negativos nas comunidades (Pereiro, 2015). Com efeito, diversos autores têm tratado essa dualidade de possibilidades de *empowerment e disempowerment* (Scheyvens, 1999; Ramos e Prideaux, 2014; Aghazamani e Hunt, 2018). Portanto, não é possível extrapolar os resultados positivos de experiências *situadas*, pois cada comunidade possui condições particulares (Bursztyn e Bartholo *et al*, 2009; Gascón, 2013). As comunidades deveriam estar, realmente, preparadas para operacionalizar o turismo de maneira autônoma e conscientes de suas próprias condições e riscos.

3. Empoderamento, protagonismo e participação

Os povos indígenas devem ser os protagonistas da atividade, no sentido de fazer prevalecer os laços sociais, a valorização da cultura, da identidade local, o sentimento de pertencimento e a distribuição de renda (Scheyvens, 1999; Irving, 2009; Neves, 2015). De fato, vários estudiosos têm se dedicado a analisar o quanto as comunidades indígenas tornam-se empoderadas, a partir do desenvolvimento da atividade turística em seus territórios e em relação aos demais atores sociais envolvidos (Scheyvens, 1999; Weaver, 2010; Ramos e Prideaux, 2016). Os estudos sobre empoderamento têm considerado o impacto do turismo nas dimensões políticas, psicológicas, sociais, econômicas, ecológicas e de visitantes nas comunidades indígenas (Friedmann, 1992; Scheyvens, 1999; Winkler, 2012). O turismo deve ser capaz de gerar, de fato, maior qualidade de vida às comunidades (Irving, 2009; Candiotti, 2013). O empoderamento político, por exemplo, traduz a capacidade dos envolvidos em participar das decisões, opinar e votar (Friedmann, 1992). Não obstante, Gascón (2013) faz uma crítica bastante pertinente sobre a participação da comunidade.

[...] a participação nos processos de tomada de decisão pode se tornar um processo formal, um ritual vazio e oco. Em uma população sem experiência em turismo - que não recebe sistematicamente estrangeiros nem utiliza serviços turísticos - sua capacidade de tomar decisões adequadas aos seus interesses é praticamente nula (Gascón, 2013: 721, *tradução nossa*).

Desse modo, Butler e Hinch (2007) classificaram o turismo indígena de acordo com a presença de temas indígenas na atividade turística, e com o grau de controle exercido pelos indígenas sobre ela. O controle da atividade turística pelos indígenas e a valorização dos aspectos culturais, bem como

socioambientais são atributos-chave que determinam fatores críticos como a escala, o ritmo, a natureza e os resultados do desenvolvimento (Scheyvens, 1999; Pereiro, 2013).

Figura 1: Classificação do turismo de acordo com o controle exercido pelos indígenas.

| | | Controle Indígena | |
|-----------------|----------|----------------------|-----------------------|
| | | <i>Baixo</i> | <i>Alto</i> |
| Temas Indígenas | Presente | Cultura Ausente | Cultura Controlada |
| | Ausente | Turismo não-indígena | Turismo diversificado |

Fonte: Adaptado de Hinch e Butler (2007, p. 6, *tradução nossa*).

É importante observar que não há turismo indígena, se não existem temas indígenas presentes e o controle sobre a atividade for baixo. É possível que a comunidade exerça um controle fraco sobre a oferta de suas culturas indígenas realizadas por terceiros. Nesse caso, os autores classificam que há a manipulação da cultura, uma vez que os indígenas não possuem o controle sobre os seus próprios interesses ou o modo como querem se apresentar. Os estudos realizados por Lustosa (2008) sobre o povo indígena Tremembé, no Ceará, ilustram bem essa última situação. O estudo aponta que um megaempreendimento na região, cria relações altamente assimétricas com os indígenas, além de não respeitar a Terra Indígena e seus modos de vida. Em Braida (2017), é estudado como um empreendimento privado que se apropriou da imagem e da cultura do povo Wauja da TI do Xingu, criando uma espécie de ‘aldeia réplica’, onde os indígenas são remunerados para realizar apresentações culturais.

Não quer dizer que todas as comunidades indígenas são completamente autossuficientes de, com suas capacidades endógenas, interligar todos os pontos da complexa cadeia produtiva do turismo, pelo contrário, muitas comunidades têm lançado mão das parcerias como estratégia, a fim de viabilizar a atividade (Maldonado, 2009; Mielke e Pegas, 2013). O que está em discussão é que, entre toda a rede de fornecedores de bens e serviços, a capacidade de agência das comunidades seja evidente, manifestando-se sobre suas demandas sociais, sentimento de pertencimento e poder de influência, bem como de decisão (Irving, 2009). No caso dos povos indígenas, essa influência tem sido evidenciada pela reafirmação de sua identidade cultural e sistema de valores, podendo ter, no turismo, um ambiente fértil para essas manifestações.

4. Metodologia

Este trabalho é de abordagem qualitativa, realizado por meio de revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos, teses e dissertações que desenvolveram pesquisas empíricas com povos indígenas no Brasil, no período de 1999 a 2021. O recorte temporal baseia-se em abranger o período desde o trabalho publicado por Grünewald em 1999, que é considerado referência na área. Contudo, considerando as teses e as dissertações estudadas por Corbari *et al* (2017), no período de 1999 a 2012, analisou-se as teses e dissertações a partir de 2013 até 2021. Utilizou-se buscas nas bases Scopus, Web of Science, Scielo, Google Scholar, Portal de periódicos da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações, com as seguintes terminologias: ‘turismo em terra indígena’, ‘turismo indígena’, ‘etnoturismo’, ‘ecoturismo em terra indígena’ e ‘turismo étnico indígena’. Os critérios de inclusão foram de artigos científicos publicados em periódicos nacionais ou internacionais, teses e dissertações, que desenvolveram pesquisas empíricas junto aos povos indígenas no Brasil. Outros artigos, os quais não constavam nas bases, foram adicionados por recomendação de especialista.

Foram excluídos trabalhos cujos métodos eram, exclusivamente, bibliográficos e/ou documentais. Também foram retirados os trabalhos empíricos que tratavam do turismo praticado por outros agentes (não indígenas), em terra indígena ou nas proximidades, sem que a atividade estivesse sido criada e controlada, preponderantemente, pelos indígenas. Outrossim, três artigos foram excluídos por não distinguir as informações levantadas das comunidades indígenas dos demais povos tradicionais que

participaram em conjunto da atividade turística. Foram classificados 26 artigos (entre 1999 e 2021), 8 dissertações e 2 teses (entre 2013 e 2021), totalizando 36 produções. O acervo foi organizado por meio de fichamentos e, posteriormente, buscou-se encontrar sínteses, por meio da análise de conteúdo, sobre os temas abordados, métodos utilizados, bem como as comunidades, terras indígenas e regiões pesquisadas.

5. Resultados e discussão

Consta, no Quadro 2, a seguir, as 36 produções científicas escolhidas para análise. Verificou-se que 50% dos artigos foram publicados em periódicos na área de Turismo, destacando-se a Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), seguida pela Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS e pela Revista Estudios y Perspectivas en Turismo. Não houve concentração acentuada de autores por trabalhos publicados. A maioria dos autores estão situados nas Ciências Humanas (38,18%) e Ciências Sociais Aplicadas (40%), com destaque para as áreas de Antropologia, Geografia, Turismo e Administração respectivamente. Também houve uma quantidade expressiva de pesquisadores das Ciências ambientais (18,18%).

Observou-se que a quantidade de publicações em 2015, foi significativa em relação aos demais períodos, o que coincide com a criação da Instrução Normativa - IN nº 03, de 11/07/2015 (FUNAI, 2015), que estabeleceu as diretrizes de visitação para fins turísticos em Terras Indígenas. Essa Instrução Normativa, inclusive, prevê a autonomia e o direito à consulta, bem como a participação dos povos indígenas na definição de ações em relação aos territórios, como preceitua a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Também, destaca-se o aumento de publicações nos anos de 2019, 2020 e 2021, que representam juntos 36,11% do período estudado.

Quadro 2: Relação do acervo estudado.

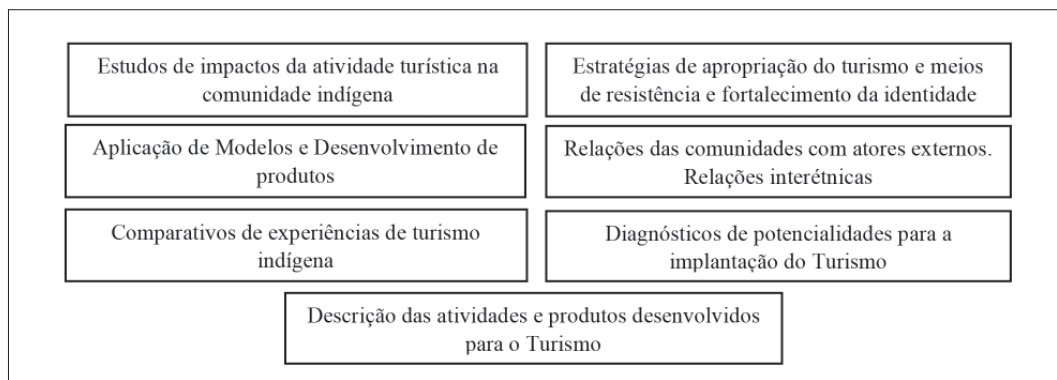
| Títulos | Autor(es) | Ano |
|---|-----------------------|------|
| El Rescate cultural y turismo: Los Kaingang de Iraí (Brasil) como tourees. | Lac | 2007 |
| Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). | Fortunato e Silva | 2011 |
| Os territórios emergentes de turismo e as redes de turismo comunitário: o caso da Terra Indígena 'Lagoa Encantada' do povo Jenipapo-Kanindé. | Lustosa e Almeida | 2011 |
| Turismo sustentável em comunidades indígenas da Amazônia. | Brandão <i>et al</i> | 2012 |
| Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). | Brandão <i>et al</i> | 2013 |
| Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR). | Nogueira <i>et al</i> | 2013 |
| Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas. | Souza | 2013 |
| Turismo em terras indígenas: atravessando o portal com respeito. | Held | 2013 |
| O turismo indígena e sua influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na Reserva Indígena São Marcos-Roraima. | Brandão <i>et al</i> | 2014 |
| Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e póscolonialidade na região do Descobrimento do Brasil. | Grünewald | 2015 |
| A domesticação do Turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha. | Neves | 2015 |
| Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas. | Grünewald | 2015 |
| Turismo comunitário em terras indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá . | Lima e Coriolano | 2015 |
| Turismo indígena: herança e identidade cultural da etnia Kadiwéu em Campo Grande-MS. | Melo e Jesus | 2015 |
| Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira. | Schneider e Alvarenga | 2015 |
| Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). | Barbosa e Crispim | 2015 |
| Gestão do patrimônio cultural (pelos Guarani enquanto usufruto das terras por eles tradicionalmente ocupadas e indispensáveis à sua reprodução social. | Silva | 2015 |
| O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las Casas-PA. | Silva | 2015 |

| | | |
|---|-----------------------|------|
| Impactos do turismo: um estudo na aldeia indígena São Francisco - Baía da Traição/PB. | Cândido et al | 2016 |
| Recreational Fishing and Territorial Management in Indigenous Amazonia. | Barra | 2016 |
| A Semana Cultural Indígena da comunidade de Tekohá Ocoy, São Miguel do Iguaçú, Paraná (Brasil) como meio de divulgação e valorização sociocultural. | Corbari et al | 2016 |
| O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia Tabaçu Reko Ypy, Itanhaém- Peruíbe, SP. | Mateus | 2016 |
| Turismo indígena em Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. | Castravechi e Pereira | 2018 |
| Turismo Étnico y Dinámica Cultural en la Tierra Indígena de Rio Gregório – Acre, Brasil. | Honorato e Saraiva | 2019 |
| Clasificación de los residentes según el apoyo al desarrollo turístico en comunidades indígenas: Una tipología empírica basada en el Cluster Analysis. | Marreiro <i>et al</i> | 2019 |
| Notas sobre turismo indígena e educação Ambiental a partir de uma experiência etnográfica em andamento junto aos Mbya-Guarani em Domingos Petrolina – RS. | Oliveira <i>et al</i> | 2019 |
| Sinalizadores de empreendedorismo indígena para o turismo: a ressignificação da cultura do povo Guajajara no espaço vivido da aldeia Zutiwa/MA-Brasil. | Barros | 2019 |
| Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro - AM e a adoção do turismo como alternativa de renda. | Dias e Cruz | 2020 |
| Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades autoidentificadas indígenas no Rio Grande do Norte | Martins <i>et al</i> | 2020 |
| Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM. | Rosa <i>et al</i> | 2020 |
| Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Amazonas – Brasil). | Proença | 2020 |
| Os Yanonami e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá. | Goulart | 2020 |
| Sateré-Mawé e Sámi: culturas indígenas ancestrais sob o olhar do turismo Étnico. | Carvalho | 2020 |
| Capacidade de carga turística na trilha do Kuatá, comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima. | Marquez e Falcão | 2021 |
| Turismo étnico indígena no Amazonas: mitos e territórios que contam histórias. | Santos <i>et al</i> | 2021 |
| Percepção da qualidade turística: avaliação dos serviços em um atrativo de turismo cultural na Paraíba. | Santana | 2021 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto aos temas abordados nas pesquisas, foram identificados 7 (sete) temas centrais, conforme a Figura 1, a seguir, que compõe outros assuntos mais específicos (Quadro 3). Cada estudo pode ter sido classificado em mais de um tema central ou específico.

Figura 1: Temas centrais levantados do acervo estudado



Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria dos estudos classificaram as percepções ou impactos sobre o turismo em situações positivas ou negativas, o que corrobora com os resultados de Corbari *et al* (2017). Dentre os resultados mais positivos encontrados está a valorização e, em alguns casos, o resgate da cultura indígena (Scheyvens, 1999; Irving, 2009). O turismo se tornou em diversas comunidades uma arena (Grünewald, 2015b) para a afirmação da identidade indígena, da ‘indianidade’. Ou seja, nessas comunidades – com destaque para os Kaingang do Rio Grande do Sul (Lac, 2007), os Pataxós da Jaqueira (Grünewald, 2015b; Neves, 2015), os Potiguaras da Aldeia São Francisco (Cândido *et al*, 2016) e a Comunidade Indígena Nova Esperança/AM (Proença, 2020) – o turismo foi apropriado pelos indígenas e utilizado por eles como forma de resistência. Essa temática tem surgido, transversalmente, em maior ou menor grau, em boa parte dos artigos estudados.

Quadro 3: Caracterização do acervo estudado segundo os Temas abordados.

| Tema Central | Temas Específicos | Autores |
|--|---|--|
| Estudos de impactos da atividade turística na comunidade indígena | Percepção/Experiência dos turistas quanto ao turismo indígena na comunidade | Fortunato e Silva (2011) |
| | Percepção/Experiência da comunidade quanto às dimensões sociais, econômicas e ambientais decorrentes do Turismo | Fortunato e Silva (2011); Lustosa e Almeida (2011); Brandão <i>et al</i> (2012, 2013, 2014); Cândido <i>et al</i> (2016); Marreiro <i>et al</i> (2019) |
| | Percepção dos líderes da comunidade sobre o turismo como fonte de renda, inclusão social e valorização cultural | Lima e Coriolano (2015) |
| | Impactos do turismo sobre a preservação cultural e histórica da comunidade | Castravechi e Pereira (2018) |
| | Impactos do turismo sobre a cultura, sustentabilidade e identidade étnica da comunidade | Mateus (2016); Dias e Cruz (2020) |
| | Turismo indígena e Desenvolvimento sustentável e Desenvolvimento Local | Brandão <i>et al</i> (2012, 2013, 2014); Fortunato e Silva (2011) |
| Estratégias de apropriação do turismo e meios de resistência e fortalecimento da identidade | Atividade turística colonialista e pós-colonialista | Grünewald (2015a) |
| | Estratégias para apropriação do turismo pelas comunidades indígenas | Lustosa e Almeida (2011); Grünewald (2015a); Neves (2015); Cândido <i>et al</i> (2016); Rosa <i>et al</i> (2020); Proença (2020). |
| | Arenas turísticas | Grünewald (2015b) |
| | Turismo e construção de identidade étnica | Lac (2007); Grünewald (2015b) |
| | Encenação da cultura para o trabalho | Grünewald (2015b) |
| | Apropriação do turismo pelo “jeito de fazer” diferente (empreendedorismo indígena) | Barros (2019) |
| Avaliação/aplicação de modelos e Desenvolvimento de produtos | Qualificação profissional para desenvolvimento do turismo indígena | Nogueira <i>et al</i> (2013) |
| | Experiência do processo de elaboração do Plano de Visitação | Rosa <i>et al</i> (2020) |
| | Aplicação do Manual Indígena de Ecoturismo (1997) | Schneider e Alvarenga (2015) |
| | Comparação das práticas com a Normativa nº 03, de 11 de junho de 2015 | Castravechi e Pereira (2018) |
| | Aplicação de Modelo/Questionário dimensões sustentabilidade (NEPAL, 2005) | Brandão <i>et al</i> (2013) |
| | Aplicação do Modelo TOURQUAL para avaliar a qualidade percebida por turistas. | Santana (2021) |
| | Experiência dos processos de estudos, implantação e resultados da atividade: Pesca recreativa. | Barra (2016) |
| | Capacidade de carga em trilhas de ecoturismo | Marquez e Falcão (2021) |
| | Proposta de Plano de ação e desenvolvimento de um site para a gestão das atividades turísticas | Silva (2015) |

| | | |
|---|--|---|
| Relações das comunidades indígenas com atores externos. Relações interétnicas. | Redes comunitárias de Turismo | Lustosa e Almeida (2011) |
| | Posicionamento de instituições governamentais acerca do turismo indígena | Brandão et al (2012, 2013) |
| | Relação entre a comunidade e a FUNAI acerca do turismo Relações entre as comunidades e agências turísticas, hotéis e outros parceiros. | Brandão <i>et al</i> (2012, 2013); Souza (2013); Neves (2015); Dias e Cruz (2020); Goulart (2020); Proença (2020); Rosa <i>et al</i> (2020) |
| Comparativos de experiências de turismo Indígena | Comparação entre experiências de turismo indígena | Grünewald (2015a); Schneider e Alvarenga (2015); Carvalho (2020) |
| Diagnósticos de potencialidades para a implantação do Turismo | Diagnóstico de potencialidades para implantação do turismo indígena | Nogueira (2013); Melo e Jesus (2015); Silva (2015); Silva (2015); Schneider e Alvarenga (2015); Barbosa e Crispim (2015); Martins <i>et al</i> (2020) |
| Descrição das atividades e produtos desenvolvidos para o Turismo | Foco nos aspectos culturais e simbólicos como atração turística. | Lac (2007); Corbari <i>et al</i> (2016); Honorato e Saraiva (2019); Mateus (2016); Carvalho (2020); Santos <i>et al</i> (2021) |
| | Foco na educação ambiental transmitidas nas atividades turísticas | Oliveira <i>et al</i> (2019) |
| | Foco no turismo pedagógico. | Held (2013) |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outros pontos positivos citados nos estudos, foram a melhoria da valorização ambiental pelos próprios indígenas (Winkler, 2012), da autoestima, aumento da renda (Scheyvens, 1999; Brandão, *et al* 2015) e, até mesmo, o aprimoramento da proteção do território indígena contra invasores (Goulart, 2020). Em Dias e Cruz (2020), as seguintes percepções negativas se sobressaem: a falta de clareza sobre a distribuição da renda do turismo entre a comunidade; o excesso de intervenção das agências turísticas nas atividades produzidas pelos indígenas; e o rompimento dos laços comunitários ocasionados pelo excesso de dedicação às apresentações culturais. Em Carvalho (2020), verificou-se que o turismo contribuiu para a saída do povo Sateré-Mawé de sua terra indígena, para viver em comunidades na região metropolitana de Manaus/AM, o que os afastou de suas culturas e relação com a terra. Marreiro *et al* (2019) classificou os moradores da comunidade indígena Eleotérios do Catú, em contrários e indiferentes ao turismo, além dos incentivadores dos benefícios do turismo e os entusiastas. Os trabalhos de Grünewald (2015a; 2015b), sobre fortalecimento da identidade, encenação e diferenciação de arenas junto aos Pataxós, cujas pesquisas têm um cunho mais antropológico, é recorrente na maioria dos estudos. A produção de Neves (2015) e Rosa *et al* (2020), também possui um destaque maior nessas questões.

Vários pesquisadores abordaram a relação das comunidades com organizações externas. Neves (2015), Dias e Cruz (2020) apresentaram informações importantes sobre o papel e a relação com as agências turísticas. Neves (2015) chega à conclusão de que os Pataxós da Jaqueira foram capazes de se apropriarem das ideias e estruturas praticadas pelas agências turísticas, transformando-as de acordo com as suas próprias visões, preferências e necessidades. De modo semelhante, a Comunidade Indígena Nova Esperança/AM, que pratica o turismo desde o ano 2000, acredita que as parcerias são essenciais para a continuidade das atividades (Proença, 2020). A autora evidenciou que, ao longo do tempo, a comunidade foi capaz de fortalecer a auto-organização, de forma a garantir maior representatividade e articulação política, evitando imposições exploratórias do mercado.

Por outro lado, Dias e Cruz (2020) verificaram que, direta ou indiretamente, as agências turísticas e os intermediários ocasionam relações assimétricas. Situação verificada também, por Souza (2013) sobre a exploração das comunidades Rouxinol e Sateré-Gavião, no Amazonas, por um hotel de selva. Já os Nandeva de Itanhaém/SP e os Kaiapó do Pará, revelaram que preferem evitar parcerias com agências e outros intermediários (Mateus, 2016; Silva, 2015).

Neste trabalho, notou-se a aplicação de modelos, ferramentas ou normativas. Castravechi e Pereira (2018) aplicaram a IN nº 03, de 11/06/2015, da FUNAI para verificar se as práticas da comunidade estavam alinhadas a ela. Schneider e Alvarenga (2015) lançaram mão do Manual Indígena de Ecoturismo (1997), para elaborar um diagnóstico da implantação do turismo indígena e Brandão *et al* (2013) empregaram um modelo para mensurar as dimensões de sustentabilidade de uma comunidade. Barra (2016) descreveu a experiência de uma comunidade em conjunto com *stakeholders*, no Amazonas, na implantação da pesca

Logo, fica evidente que os estudos empíricos sobre turismo indígena ainda possuem muito espaço para avançar, considerando uma população com mais de 800 mil no Brasil. Quanto às metodologias empregadas, verificou-se que os objetivos são, preponderantemente, de abordagem qualitativa e boa parte dos estudos definiram seus métodos como pesquisa etnográfica. Os principais instrumentos aplicados foram a observação participante e entrevistas. Dois estudos realizaram registros fotográficos (Lustosa e Almeida, 2011; Martins *et al*, 2020), e cinco estudos realizaram análise documental. Com exceção das pesquisas etnográficas que permitem maior flexibilidade, esperava-se uma ampla utilização de métodos participativos de pesquisa.

6. Proposta de agenda para futuras pesquisas

Notou-se que a maioria dos pesquisadores têm sido atraídos por analisar as mudanças ocorridas nas comunidades após a introdução do turismo. Esses estudos são importantes, pois podem responder algumas questões preliminares como: Por que introduzir o turismo indígena nas aldeias? O que há de vantagens e desvantagens? Quais foram os pressupostos condutores das experiências mais positivas?

Sobre esta última questão, é notório, na literatura, identificar que o protagonismo indígena é crucial para o êxito da atividade turística, contudo, haveria outros “facilitadores comuns”? Existe relação, por exemplo, com o tamanho do território indígena e sua proximidade com grandes centros? O ecoturismo do Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul seria um facilitador para a introdução do turismo indígena? Ou seja, até que ponto outras modalidades de turismo mais consolidadas transbordam suas demandas para outras categorias como o turismo indígena? Ou mesmo, o turismo indígena exitoso seria precedido por visitas informais que predispôs a comunidade à atividade turística? Estas e outras questões podem exigir pesquisas futuras, como a análise do grau de controle dessas comunidades frente aos demais atores das redes de turismo (Long e Ploeg, 2011).

Ainda que uma parcela significativa dos pesquisadores esteja situada na área do turismo, poderá ser bastante oportuno pesquisas mais específicas dessa área, como, por exemplo, estruturas turísticas, posicionamento de mercado (Carvalho, 2020), produtos turísticos, hotelaria, perfis e comportamento dos turistas, receptividade, roteiros turísticos e marketing turístico, entre outros. Estudos que visam à incorporação do turismo indígena em novas comunidades, poderão ser valiosos, uma vez que essa etapa necessita de pesquisas aprofundadas em áreas muito diferentes, porém, interdependentes. É o caso, por exemplo, dos planos de manejo e gestão, etnozoneamentos e diagnósticos socioambientais. As ciências sociais aplicadas poderão conduzir pesquisas importantes, em áreas como liderança, governança, bem como gestão participativa. Com efeito, a necessidade de planejamento e gestão foram indicadas, com certa frequência no material estudado, para que a atividade turística pudesse ser efetivamente benéfica às comunidades, o que corrobora com as pesquisas de Mielke e Pegas (2013) e Arenhart e Fontana (2019). Houve, ainda, indicações de que o turismo indígena e o turismo de base comunitária têm cooperado para a segurança do território (Maldonado, 2009; Coriolano e Vasconcelos, 2013; Goulart, 2020). Dessa forma, estaria o turismo indígena cooperando para a diminuição das pressões sobre os territórios? Outrossim, estudos comparativos entre experiências nacionais e internacionais podem gerar novos conhecimentos para o campo de estudo em turismo indígena.

7. Considerações finais

Tendo como objetivo deste artigo a reflexão sobre o turismo indígena no Brasil, sob o olhar dos estudos empíricos, verificou-se que o número de pesquisas vem crescendo desde 2019. No entanto, ainda são incipientes as pesquisas de turismo indígena no país, o que corrobora com as revisões realizadas por Brandão *et al* (2014b) e Corbari *et al* (2017). Isso posto, é preciso considerar que a sociedade brasileira carrega uma imagem preconceituosa sobre os povos indígenas, e que, por sua vez, as políticas de desenvolvimento ainda desconhecem os direitos constitucionais dos indígenas aos seus territórios ancestrais, logo, de suas culturas e identidade. Os estudos indicam que é preciso ponderar sobre os riscos do turismo em acarretar prejuízos socioculturais aos povos indígenas, entretanto, também é preciso questionar sobre quais outras atividades econômicas possuem potencial de conviver em simetria e interdependência com o conhecimento e a tradição indígena, com seus ambientes naturais preservados e seu patrimônio material e imaterial. As Terras Indígenas no Brasil, são alvos de centenas de processos para a exploração de minérios, além das táticas antigas de iniciar a grilagem de terras públicas, por meio de invasões,

roubo de madeiras e incêndios criminosos. Assim sendo, o desenvolvimento de atividades sustentáveis, preconizado pelo turismo indígena, pode ser considerado um ato de resistência que desafiam, tanto as comunidades como os pesquisadores que têm se empenhado no tema.

Outrossim, é imprescindível, para os pesquisadores, bem como outros atores sociais, a compreensão das questões antropológicas e socioambientais envolvendo os povos indígenas e o turismo (Pereiro, 2015). Elas permitem que o pesquisador, em sua especialidade e em seu propósito, preze pelos valores culturais, pela identidade, pelo território e sua biodiversidade, em especial, pela história de resistência que acompanham os povos indígenas. O estudo do turismo indígena envolve reconhecer sua multidisciplinaridade e a necessidade de interconectar e também dirigir esforços de áreas que, muitas vezes, estão estanques em seus próprios paradigmas. Não é por acaso que o tema atraiu a atenção de pesquisadores das ciências humanas, ambientais e sociais aplicadas, além de outras. Sistematizar os dados coletados por essas pesquisas é um passo importante para ações de extensão e criação de políticas públicas, por exemplo.

Mas não é apenas a questão da interdisciplinaridade que nos desafiam. Os sujeitos da pesquisa e todas as suas manifestações, bem como os territórios a serem estudados no Brasil, são heterogêneos e repletos de nuances. O turismo pode ser assimilado mais facilmente por algumas aldeias, enquanto para outras, pode parecer algo bastante estranho (Gascón, 2013). Configurações turísticas únicas deveriam ser concebidas para cada experiência, ou mesmo, nenhuma. Desse modo, foi recorrente encontrar, nos trabalhos, a necessidade de capacitar as comunidades para a atividade turística, enquanto uma outra questão deveria ser posta em primeiro lugar: o quão preparados estão os atores externos para auxiliar as comunidades a refletir e, se for o caso, a desenvolver o turismo indígena?

Isso posto, é possível que a tradição não se mantenha em estado puro, assim como a modernidade não a aniquile (Giddens, 1991), num processo em que as comunidades indígenas ‘domesticam’ o turismo de acordo com os seus interesses e suas tradições (Neves, 2015). De fato, é bem possível que, ao se desenvolver pesquisas sobre o turismo junto aos povos indígenas, seja verificado que o turismo convencional (ocidental), também tenha o que aprender com as comunidades indígenas que se apropriaram do turismo de maneira mais sustentável. Outras pesquisas empíricas poderão não ter sido identificadas nas bases de dados utilizadas, de modo a não esgotar os estudos publicados, o que se põe como limitação desta pesquisa.

Bibliografia

- Aghazamani, Y., & Hunt, C. A. 2018. *Empowerment in tourism: A review of peer-reviewed literature*. *Tourism Review International*, 21(4), 333–346. <https://doi.org/10.3727/154427217X15094520591321>.
- Arenhart, A; Fontana, R. de F. 2019. *Reflexões sobre o Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável*. *Turismo e Sociedade*, 12(3), 139-157.
- Barra, C. S. 2016. *Recreational Fishing and Territorial Management in Indigenous Amazonia*. *Freshwater, Fish and the Future: Proceedings of the Global Cross-Sectoral Conference*, 9, 311–318.
- Barros, A. L. 2019. *Sinalizadores de empreendedorismo indígena para o turismo: a ressignificação da cultura do povo Guajajara no espaço vivido da aldeia Zutiwa/MA-Brasil*. Tese de doutorado. Vale do Itajaí: UVI.
- Barbosa, I.K.P; Crispim, M.C. 2015. Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 8(1), 176-192.
- Barretto, M. 2005. *Turismo étnico y tradiciones inventadas*. In: Santana, A. y Prats, L. (orgs.) (2005). *El encuentro de el turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación* 8(1), 176-192. Sevilla: Fundación el Monte.
- Bartholo R. & Sansolo D. G. & Bursztyrn, I. (orgs). 2009. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem: 55-75.
- Braida, R. G. A. 2017. O turismo como prática social em território indígena: a aldeia turística puiwa poho (Feliz Natal, Mato Grosso, Brasil). *Turismo: Estudos & Práticas*, 6, 69-87.
- Brandão, C. do N. & Barbieri, J. C. & Silva, L. C. de J. 2012. Turismo sustentável em comunidades indígenas da Amazônia. *Revista de Administração de Roraima – RARR*, 53(9), 1689–1699.
- Brandão, C. do N. & Barbieri, J. C. & Junior, E. R. 2013. Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(1), 211–232.

- Brandão, C. do N. & Barbieri, J. C. & João, C. de M. 2014a. O turismo indígena e sua influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na reserva indígena São Marcos. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSa*, 8(3), 3-17.
- Brandão, C. N. & Barbieri, J. C. & Junior, E. R. & João, C. de M. 2014b. Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(4), 673-684.
- Bursztyn, I.; Bartholo, R.; Delamaro, M. 2009. *Turismo para quem?* In Bartholo R. & Sansolo D. G. & Bursztyn, I. (orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Butler, R. & Hinch, T. 2007. *Tourism and indigenous peoples: issues and implications*. Oxford, UK: Elsevier.
- Cañada, Ernest. 2015. La comercialización del turismo comunitario en América Latina. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 41, 159-189.
- Cândido, F. de L. & Vanzella, E. & Brambilla, A. 2016. Impactos do turismo: um estudo na aldeia indígena São Francisco - Baía da Traição/PB. *Revista Mangaiá Acadêmico - Edição Especial*, 1, 1-7.
- Candiotto, L. Z. P. 2013. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. *Revista de cultura e turismo - CULTUR*, 7(2), 111-131.
- Carvalho, J. M. de. 2020. *Sateré-Mawé e Sámi: culturas indígenas ancestrais sob o olhar do turismo étnico*. Tese de doutorado. Vale do Itajaí: UVI.
- Castravechi, L. A. & Pereira, W. A. G. 2018. Turismo indígena em Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. *Revista Ateliê do Turismo*, 2(1), 119-146.
- Corbari, S. D. & Bahl, M. & Souza, S. do R. de. 2017. Impactos (turísticos ou não) nas comunidades indígenas brasileiras. *Turismo & Sociedade*, 10(3), 1-25.
- Corbari, S. D. & Bahl, M. & Souza, S. do R. de. 2016. A Semana Cultural Indígena da comunidade de Tekohá Ocoy, São Miguel do Iguaçu, Paraná (Brasil) como meio de divulgação e valorização sociocultural. *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1-25.
- Coriolano, L. N. & Vasconcelos, F. P. 2013. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 1(1), 95-111.
- Dias, L. C. dos S. & Cruz, J. G. da. 2020. Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro - Am e a adoção do turismo como alternativa de renda. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 227-243.
- Fortunato, A. R. & Silva, L. S. 2011. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: O caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). *Cultura - Revista de Cultura e Turismo*, 5(2), 85-100.
- Friedmann, J. 1992. *Empowerment: The politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell.
- Funai - Fundação Nacional do Índio. 2015. *Normativa nº 03 de 11 de junho de 2015*. Brasília. Recuperado de: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>. Acesso em: 18/07/2021.
- García-Palacios, Carlos. 2018. *El turismo como escaparate de la vulneración de los derechos indígenas*. Ra Ximhai, vol. 14, núm. 1.
- Gascón, Jordi. 2013. The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: the value of the Social Vocation of the Territory concept. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(5), 716-731.
- Giddens, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- González, M. M. 2008. *¿Etnoturismo o turismo indígena?* *Revista Teoría y Praxis*, 5, 123-136.
- Goulart, L. T. 2020. *Os Yanonam i e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá* “Os Yanonami e o Projeto Yaripo : transformações e turismo em Maturacá. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos).
- Grünewald, R. de A. 2015a. *Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e póscolonialidade na região do Descobrimento do Brasil*. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 13(2): 411-424.
- Grünewald, R. de A. 2015b. *Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas*. In Pereiro, X. (ed.) & Almeida M. G. de & Lustosa I. M. C. (coeds.). *Turismo em terras indígenas*. Volume especial das Agália. Revista de estudos na cultura, 43-57.
- Held, A. D. A. Von. 2013. *Turismo em Terras Indígenas: Atravessando o portal com respeito*. Dissertação (Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB).

- Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. 2019. Turismo Étnico Y Dinámica Cultural En La Tierra Indígena De Rio Gregório – Acre, Brasil. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 28, 465–485.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro. Recuperado de: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 18/07/2021.
- Irving, M. de A. 2009. *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?* In Bartholo R. & Sansolo D. G. & Bursztyn, I. (orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem: 108-121.
- ISA - Instituto Socioambiental. 2021. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em 28/06/2021.
- Lac, F. 2007. *El Rescate cultural y turismo: Los Kaingang de Iraí (Brasil) como tourees*. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 16(1), 26–44.
- Lima, D. de S. & Coriolano, L. N. 2015. *Turismo Comunitário em Terras Indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá*. ABET: 17–25.
- Long, N. & Ploeg, J. D. Van Der. 2011. *Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura*. In Schneider, S. & Gazolla, M. (Orgs). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectiva teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 21-48.
- Lustosa, I. M. C. 2008. Os Tremembé de Buriti e Sítio São José e o ‘Nova Atlântida – cidade turística e residencial’: inclusão/exclusão de povos indígenas? *Ateliê Geográfico*, 2(3), 121-136.
- Lustosa, I. M. C. & Almeida, M. G. de. 2011. Os territórios emergentes de turismo e as redes de turismo comunitário: o caso da Terra Indígena ‘Lagoa Encantada’ do povo Jenipapo-Kanindé, Ceará, Brasil. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9(3), 95–104.
- Maccannell, D. 1976. *The tourist: a new theory of the leisure class*. New York: Schoeken Books.
- Maldonado, C. 2009. *O turismo rural comunitário na américa latina gênese, características e políticas*. In Bartholo R. & Sansolo D. G. & Bursztyn, I. (orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem: 25-44.
- Marquez, L. A. M., & Falcão, M. T. 2021. Capacidade de carga turística na trilha do Kwatá, Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima. *ACTA Geográfica*, 15(37), 292–317.
- Marreiro, das Chagas, M., Marques, Júnior, S., & Da Silva, V. H. 2019. Clasificación de los residentes según el apoyo al desarrollo turístico en comunidades indígenas: Una tipología empírica basada en el Cluster Analysis. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 28(1), 80–100.
- Martins, J. C. de V. & Silva, T. M. C. da & Oliveira, A. M. de & Silva, E. V. da & Oliveira, I. P. R. A. de. 2020. *Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades auto identificadas indígenas no Rio Grande do Norte*. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(1): 192–206.
- Mateus, C. A. P. 2016. *O Turismo Étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da Aldeia Tabapuá Reko Ypy, Itanhaém- Peruíbe, SP*. Dissertação (Sustentabilidade na Gestão Ambiental/Universidade Federal de São Carlos).
- Melo, M. R. da S. & Jesus, D. L. N. de. 2015. *Turismo indígena: herança e identidade cultural da etnia Kadiwéu em Campo Grande-MS*. *Comunicação & Mercado/Unigran*, 04: 185–196.
- Mielke, E. J. C. & Pegas, F. V. 2013. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Turismo em análise*, 24(1), 170-189.
- Neves, S. C. 2015. *A Domesticação do Turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha*. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(3): 567-580.
- Nogueira, E. M. & Neto, C. P. L. C. & Silva, G. P. da. 2013. *Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(2), 424–441.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho. 1989. *Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 01/07/2021.
- Oliveira, D., Adomilli, G., & Tempass, M. C. 2019. *Notas sobre turismo indígena e educação Ambiental a partir de uma experiência etnográfica em andamento junto aos Mbya-Guarani em Domingos Petrolina – RS*. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental, ed especial*, 273–286.
- Pereiro, X. 2013. Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. *Revista Española de Antropología Americana*, 43(1), 155-174.
- Pereiro, X. 2015. *Reflexión antropológica sobre el turismo indígena*. *Revista Desacatos*, 47, 18-35.

- Proença, A. R. G. B. 2020. *Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Amazonas – Brasil)*. Dissertação (Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo/Universidade de São Paulo).
- Purnomo, S., Rahayu, E. S., Riani, A. L., Suminah, S., & Udin, U. 2020. *Empowerment model for sustainable tourism village in an emerging country*. *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(2), 261–270. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2020.vol7.no2.261>.
- Ramos, A. M. & Prideaux, B. 2016. Indigenous ecotourism in the Mayan rainforest of Palenque: empowerment issues in sustainable development. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(3), 461-479.
- Rosa, P. C. & Rosa, L. M. V. & Nassar, P. M. 2020. *Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM*. *Revista Turismo Em Análise*, 31(2): 381–399.
- Ruiz-Ballesteros, E., & Hernández-Ramírez, M. 2010. Tourism that empowers?: Commodification and appropriation in Ecuador’s Turismo comunitario. *Critique of Anthropology*, 30(2), 201–229. <https://doi.org/10.1177/0308275X09345426>.
- Santana, J. C. DE. 2021. *Percepção da qualidade turística: avaliação dos serviços em um atrativo de turismo cultural na Paraíba*. Dissertação (Mestre em Administração Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande).
- Santos, D. M. A. dos, Carvalho, J. M. de, & Anjos, F. A. dos. 2021. *Turismo étnico indígena no Amazonas: mitos e territórios que contam histórias*. *Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 13(3), 901–927.
- Scheyvens, R. 1999. *Ecotourism and the empowerment of local communities*. *Tourism Management*, 20, 245-249.
- Scheyvens, R. 2011. *Tourism and poverty*. Oxfordshire, UK: Taylor & Francis e-Library.
- Schneider, A. H. & Alvarenga, F. 2015. *Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 8(1), 159-175.
- Silva, D. L. da. 2015. *Gestão do patrimônio cultural (pelos) Guarani enquanto usufruto das terras por eles tradicionalmente ocupadas e indispensáveis à sua reprodução social*. Dissertação (Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria).
- Silva, V. C. Da. 2015. *O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a Comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las Casas –PA*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Souza, A. C. De. 2013. *Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia/Universidade Federal do Amazonas).
- Souza, A. H. C. de; Lima, A. M. de A.; Mello, M. A. A.; Oliveira, E. R. de. 2015. *A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura*. *Revista destaques acadêmicos*, 7(2), - cchs/univates.
- Souza N. N. S. de; Irving, M. De A.; Souza, C. de M. & Lima, M. A. G. de. 2021. Turismo étnico indígena: definición conceptual, potencialidades y desafíos en Brasil. *Turismo, Visão e Ação*, 23(2), 308-328.
- Strzelecka, M., Boley, B. B., & Strzelecka, C. 2017. Empowerment and resident support for tourism in rural Central and Eastern Europe (CEE): the case of Pomerania, Poland. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(4), 554–572. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1224891>.
- Weaver, D. 2010. Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 43–60.
- Winkler, Thomas. *Ecotourism as Community Development Tool: development of an evaluation framework*. 2012. Thesis Master in Sustainable Development). University of Graz Karl-Franzens-Universität. Graz, 2012.
- Zaoual, H. 2009. *Do turismo de massa ao turismo situado quais as transições?* In Bartholo R. & Sansolo D. G. & Bursztyn, I. (orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem: 55-75.
- Zeppel, H. 2006. *Indigenous ecotourism: Sustainable development and management*. Wallingford: CABI.

Recibido: 11/12/2021

Reenviado: 30/05/2022

Aceptado: 31/05/2022

Sometido a evaluación por pares anónimos